

## Servidores estaduais cobram reversão de venda da Cedae



Os servidores da Companhia de Águas e Esgotos (Cedae) compareceram em peso à porta do Ministério Público (MP) nesta quarta-feira (22/03). O objetivo é reverter a entrega da empresa estadual à iniciativa privada, aprovada pela Assembleia Legislativa (Alerj) no último dia 20 de fevereiro.

Um dos argumentos usados é o de que a autorização para a venda de ações da Cedae, uma das exigências da do Governo federal para a concessão de um empréstimo de R\$ 3,5 milhões, foi feita irregularmente em sessão extraordinária ao invés de sessão ordinária.

Os trabalhadores exigiam que o Ministério Público, que

mesmo sem ser provocado tem atuado no intuito de declarar a inconstitucionalidade de atos da Administrações Executiva e Legislativa, faça o mesmo diante da entrega do direito de fornecimento da água e coleta de resíduos sólidos ao capital.

Presente à manifestação, o deputado estadual Paulo Ramos (PSoL) levou apoio aos servidores e reforçou o pedido de intervenção do MP. “O Ministério Público tem o dever de evitar este crime”. Ele também rendeu críticas ao ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux que, segundo ele, intermediou um “acordo espúrio não cumpre a Constituição”.

Também presente, o

deputado estadual Eliomar Coelho (PSoL) lembrou que em várias partes do mundo o fornecimento de água está passando por um processo de reestatização, justamente devido ao fracasso das privatizações do setor, que geraram desemprego, aumento do custo do produto sem a devida qualidade na prestação do serviço. Acrescentou ainda que apesar da Cedae ser uma empresa estadual, a água é um produto do município, o que corrobora com a inconstitucionalidade em se entregar a água através de votação na Alerj.

Entrega de documento e abaixo assinado Reunião às 14h

# Assembleia delibera ações para barrar autoritarismo do diretor do Hospital Pedro Ernesto



**R**ealizada no Anfiteatro Ney Palmeiro, no Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe), a Assembleia dos técnico-administrativos da Uerj desta terça-feira (21/03) reiterou às críticas à conduta

com a qual o diretor do hospital Edmar Santos diante dos servidores lotados na instituição. Uma das principais foi com relação à ampliação do número de salas de cirurgias diante de um quadro apontado por muitos

de falta de insumos hospitalares.

Outro aspecto diz respeito à solicitação do diretor às chefias setoriais das escalas nominais de trabalho, que também foi repudiado veementemente pelos servidores por se tratar de uma forma de perseguir àqueles que fizeram greve. Neste sentido, os trabalhadores reiteraram que a liminar imposta pela Justiça durante a greve em 2016 e que obrigava o Centro Cirúrgico a funcionar com 80% da capacidade, a qual o diretor tem baseado suas ações atuais, perdeu o seu objeto com o fim do movimento paredista.

A greve atual teve início no dia 16 de janeiro.

## Técnicos cobram da Reitoria extinção de processo que cobra sucumbências do Sintuperj

**E**m reunião com o Sintuperj e o Comando de Greve, o Reitor da Uerj, Ruy Garcia, afirmou que, segundo o Ministério Público, se a universidade desistir da ação que cobra sucumbências dos servidores da instituição, o qual bloqueou R\$ 8.000,00 do sindicato, a universidade terá de assumir o pagamento dos valores. Os servidores questionaram o fato de que a continuidade do processo no qual são cobrados os valores mencionados foi dado continuidade pela extinta Procuradoria Geral (atual Dijur) após a assinatura da então reitora em exercício Georgina Muniz, no qual a reitoria se comprometia a não haver punições em virtude da greve realizada em 2016. Além disso, acrescentaram que com a assinatura do termo



o processo perde o objeto. Sobre isso, o reitor afirmou que de acordo com o processo a perda do objeto ainda será julgada. O coordenador geral do Sintuperj Jorge Luís Mattos (Gaúcho) reiterou a necessidade do reitor intervir quanto à extinção da liminar. Afirmou ainda que se for aberto esse precedente contra os servidores, a categoria terá dificuldades realizar greves. Sem um de seus principais

instrumentos de luta, os servidores ficarão a mercê dos ataques do governo. Acrescentou ainda que diante do fato, ou a assessoria jurídica agiu à revelia, sobrepondo-se à própria Reitoria, ou a reitoria não assume o que assinou. Por fim, o reitor solicitou uma resposta contestativa da Assessoria Jurídica do Sintuperj a fim de que possa contribuir na tentativa de extinção da cobrança.

**Internet:** [www.sintuperj.org.br](http://www.sintuperj.org.br) / [sintuperjsindicato@gmail.com](mailto:sintuperjsindicato@gmail.com) • **Delegacia HUPE:** (21) 2868-8486 • **Coordenação de Comunicação:** Carlos Alberto Silveira, Loana Saldanha e Paulo César Paes Fernandes • **Conselho Editorial:** Jorge Luis Mattos, Antônio Virgínio Fernandes, Carlos Alberto Silveira, Loana Saldanha e Regina de Fátima de Souza • **Jornalistas:** Atilas Campos e Diedro Barros • **Fotos:** Atilas Campos, Diedro Barros e Samuel Tosta • **Programação visual:** Daniel Costa e Diedro Barros • **Diagramação:** Diedro Barros • **Tiragem:** 1000 exemplares.